



Gabinete de Conselheiro  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7531 / 7532 - Fax: 3613-7534  
e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

### À Gerência de Registro e Publicação:

Para proceder a notificação do interessado, na forma descrita abaixo:

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**PROCESSO:** 811-7/2013  
**PROCEDÊNCIA:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**INTERESSADO:** MR. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME – CNPJ: 06.160.181/0001-08 E SR. JOSÉ LUIZ MOURA MATOS (CPF: 581.107.653-53)  
**ASSUNTO:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL  
**RELATOR:** CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

Com base nos artigos 5º, inciso IV da Constituição da República, que assegura o contraditório e a ampla defesa e 257, inciso IV, do Regimento Interno do TCE/MT (Resolução nº 14/2007), reitero os termos dos Ofícios 2149 e 2297/2015/GAB-AJ, enviados para à empresa **MR. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME – CNPJ: 06.160.181/0001-08**, e os termos dos Ofícios 2150 e 2298/2015/GAB-AJ, encaminhados para o **SR. JOSÉ LUIZ MOURA MATOS (CPF: 581.107.653-53)**, para que Vossas Senhorias, apresentem no prazo de **10 (dez) dias**, as suas alegações de defesa quanto às irregularidades elencadas no relatório técnico (doc. 55175/2013, 207368/2014, 239789/2013, 31619/2013, 90914/2014, 124002/2015, 184749/2015/15) referente à Tomada de Contas Especial, em face das irregularidades constatadas na aplicação de parte dos recursos do Termo de Convênio 73/2006, firmado com a Secretaria de Estado de Educação.

Ressalto que a ausência das manifestações, no prazo regimental, implicará no prosseguimento processual com a aplicação dos **efeitos da revelia**, conforme previsto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 269/2007 e no artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007.

Desde já defiro a concessão de cópias dos autos aos interessados ou representantes legais, devidamente constituído.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**  
**Relator**

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.